

ÓRGÃO 11.000 - SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

UNIDADE ORÇAMENTÁRIA 11.101 – SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

DECLARAÇÃO DE INTEGRIDADE

Portaria TCU n. 321, de 30 de novembro de 2015

Declaro junto aos órgãos de controle interno e externo que, por motivos alheios à vontade, não foram lançadas as informações sobre a execução física e financeira das ações da Lei Orçamentária Anual 2015 no Módulo de Acompanhamento Orçamentário do Sistema Integrado de Planejamento e Orçamento – SIOP. Entretanto, tais informações podem ser consultadas no endereço eletrônico abaixo:
http://www.stj.jus.br/sites/STJ/default/pt_BR/Transparência/Relatórios-de-gestão/Relatório-de-gestão

Brasília, 26 de fevereiro de 2016.

Sulamita Avelino Cardoso Marques
351.920.621-87
Secretária de Orçamento e Finanças
Superior Tribunal de Justiça

RELATÓRIO: ACOMPANHAMENTO ORÇAMENTÁRIO

EXERCÍCIO: 2015

PERÍODO: JAN-DEZ

MOMENTO: ÓRGÃO SETORIAL

ÓRGÃO: 11000 - SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

UNIDADE ORÇAMENTÁRIA: 11.101 - SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

PROGRAMA: 0568 - PRESTAÇÃO JURISDICCIONAL NO SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

Ação Governo		FINANCEIRO (R\$ 1,00)			EXECUÇÃO (%)	FÍSICO		INDICADORES (%)	
		DOTACAO INICIAL	DOTACAO ATUALIZADA	DESPESAS LIQUIDADAS		META LOA	REALIZADO	EFICIÊNCIA	EFICÁCIA
		(a)	(b)	(c)	[=100%] (c/b)	(d)	(e)	(b/d)/(c/e)	(e/d)
14PU	CONSTRUCAO DO BLOCO G DA SEDE DO STJ	350.000,00	350.000,00	0,00	0,00%	2%	0	0%	0%
14PV	CONSTRUCAO DO BLOCO ANEXO DE APOIO II	1.617.080,00	1.617.080,00	0,00	0,00%	25%	0	0%	0%
157T	CONSTRUCAO DO EDIFICIO-SEDE DA ESCOLA NACIONAL DE FORMACAO E APERFEIÇOAMENTO DE MAGISTRADOS	1.000.000,00	800.000,00	0,00	0,00%	5%	0	0%	0%
157U	DESENVOLVIMENTO E IMPLANTACAO DO SISTEMA DE PROCESSO JUDICIAL	13.050.000,00	13.050.000,00	0,00	0,00%	100%	0	0%	0%
157V	IMPLANTACAO E MODERNIZACAO DE INFRAESTRUTURAS DE TECNOLOGIA	32.000.000,00	32.000.000,00	3.410.232,11	10,66%	60	12	192%	21%
157W	IMPLANTACAO DO SISTEMA DE MULTIMIDIA, MONITORAMENTO CFTV E CONTROLE DE ACESSO	100.000,00	100.000,00	0,00	0,00%	100	0	0%	0%
20G2	FORMACAO E APERFEIÇOAMENTO DE MAGISTRADOS	5.000.000,00	5.200.000,00	4.015.806,28	77,23%	7.500	1.709	30%	23%
2549	COMUNICACAO E DIVULGACAO INSTITUCIONAL	13.000.000,00	13.800.000,00	8.925.945,36	64,68%	18.699	22.683	188%	121%
4236	APRECIACAO E JULGAMENTO DE CAUSAS (POOO1 - Julgamento de Processos)	184.484.700,00	186.827.820,00	135.129.306,07	72,33%	347.746	461.490	183%	133%
	APRECIACAO E JULGAMENTO DE CAUSAS (POOO2 - Capacitação de Recursos Humanos)	4.000.000,00	4.000.000,00	1.600.123,66	40,00%	6.000	6.840	285%	114%
	APRECIACAO E JULGAMENTO DE CAUSAS (POOO6 - Gestão do Sistema Int. de Informação)	42.718.220,00	42.718.220,00	21.342.790,79	49,96%	21%	11%	100%	50%

Fonte: Tesouro Gerencial e informações das Unidades Administrativas



Acompanhamento da Execução Física do Orçamento – Ano Base 2015

Ação: 14PU – Construção do Bloco G da Sede do STJ

Ação: 14PV – Construção do Bloco Anexo de Apoio II

Ação: 157T – Construção do Edifício-Sede da Escola Nacional de Formação e Aperfeiçoamento de Magistrados

Análise: Os subtítulos 14PU, 14PV e 157T não tiveram mensuração de eficiência e eficácia em virtude de suas dotações terem sido oferecidas para atender à limitação de empenho no exercício e, consequentemente, sem execução de despesa e meta.

Ação: 157V – Implantação e Modernização de Infraestrutura de Tecnologia

Análise: O Projeto 157V tem como objetivo o suporte à ampliação e modernização de plataformas tecnológicas aplicadas à atividade principal do Tribunal. Conforme apurado no demonstrativo acima a ação foi dotada de R\$ 32.000.000,00 e executado apenas R\$ 3.410.232,11, o que representa 11% do inicial.

Por outro lado, o índice da meta pode ser considerado razoável, pois finalizou o ano com 21% dos 60% inicialmente previstos.

Quanto aos indicadores, a ação foi pouco eficaz, porém muito eficiente. O indicador de eficiência de 192% evidencia que muito foi realizado com poucos recursos.

Ação: 20G2 – Formação e Aperfeiçoamento de Magistrados

Análise: Criada pela Emenda Constitucional 45, de 30 de novembro de 2004, coube a Escola Nacional de Formação e Aperfeiçoamento de Magistrados, dentre outras funções, regulamentar os cursos oficiais para ingresso e formação de magistrados brasileiros.

No exercício de 2015, a Enfam capacitou mais 1.709 juízes, o que representa 23% do previsto inicialmente. Possíveis causas do não atingimento da meta são a falta de estrutura orgânica para capacitar profissionais, principalmente, os formadores e tempo para preparação de profissionais para atuarem de forma alinhada às normas da Escola. Desde o seu início, a Enfam já aperfeiçoou 9.664 novos magistrados.

Dos recursos destinados a atividade em 2015, 77,23% foram liquidados, o que pode ser visto como uma elevada execução.

No mesmo exercício, a Enfam divulgou 62 enunciados sobre a aplicação do novo Código de Processo Civil, que servirão para nortear a magistratura nacional na aplicação do Código. E, por último, mas com a mesma relevância, ainda em 2015, houve aumento no número de integrantes da equipe, implementação de seu orçamento, aproximação a outras escolas judiciais e de magistratura e avanço tecnológico nas ferramentas de comunicação com a sociedade.

Ação: 2549 – Comunicação e Divulgação Institucional

Análise: Os resultados quantitativo e qualitativo da ação - Comunicação e Divulgação Institucional - têm sido bastante expressivos nos últimos anos. Por exemplo, foram produzidas 33.050 matérias veiculadas em 2013 e 27.068 matérias em 2014. No exercício de 2015, foram produzidas 3.320 matérias, com veiculação nos seguintes segmentos: 1.283 matérias para internet; 1.804 publicações em mídias sociais; 777 links e matérias para o jornal da TV Justiça; 988 matérias para veiculação na Rádio Justiça, no programa A Voz do Brasil e em 43 programas radiofônicos mensais em formato de revista; 1.243 atendimentos à imprensa; entre outros.

Considerando todas essas informações, a meta física prevista para a ação, que era de 18.699 matérias veiculadas, fechou o ano com 22.683, o que representa 21% acima do previsto.

Quanto à execução da despesa, considerando apenas o valor pago, o quadro demonstra que a atividade encerrou o ano com 64,68% realizados (=R\$ 13.800.000 / R\$8.925.945,36). Caso seja incluída a execução por inscrição em restos a pagar (=R\$ 8.925.945,36 + R\$ 2.696.292,44), ter-se-á um orçamento executado de 84,22%

Ação: 4236 - Apreciação e Julgamento de Causas (PO 0001 – Julgamento de Processos)

Análise: O Plano Orçamentário Julgamento de Processos apresentou amplos resultados. A execução das despesas liquidadas encerrou 2015 com 72,33% em relação ao autorizado. Se for somado o valor inscrito em restos a pagar (R\$ 24.102.938,41) ao liquidado (R\$ 135.129.306,07), o percentual da despesa subirá para 85%.

Em que pese o indicador de execução dessa ação apontar apenas 72,33% de execução orçamentária, em 2015, foram julgados 461.490 processos, superando em 33% a meta prevista para o exercício, que era de 347.746 processos. Dentre outros atributos, destacam-se os seguintes números:

- . 79.130 referem-se ao Recurso Especial;
- . 206.529 correspondem ao Agravo em Recurso Especial;
- . 76.106 correspondem aos Agravos Regimentais; e
- . 26.571 Embargos de Declaração.

O indicador de eficácia de 2015, de 30% do processo julgado, superou os últimos anos, 2010 – 11%, 2012 – 21%, 2013 – 4,6% e 2014 – 12%.

O desempenho obtido pelo indicador de eficiência, de 193%, aponta o ganho realizado na despesa do PO – Julgamento de Processos. Demonstrando que muito foi realizado, mesmo com recursos reduzidos.

Ação: 4236 - Apreciação e Julgamento de Causas (PO 0002 – Capacitação de Recursos Humanos)

Análise: A Capacitação de Recursos Humanos, como em anos anteriores, apresentou bons indicadores em 2015. A previsão de capacitações para o período, de 6.000, foi superada em 14%, resultando em 6.840 servidores capacitados. No quadro de todos os subtítulos apresentados, foi o que melhor utilizou seus recursos, obtendo Índice de Eficiência de 285% e de Eficácia de 114%. Apesar de executado R\$ 1.600.123,66 dos R\$ 4.000.000,00 aportados, produziu resultados diferenciados no ano.

Ação: 4236 - Apreciação e Julgamento de Causas (PO 0006 – Gestão do Sistema Integrado de Informação)

Análise: A Atividade, se não superou expectativas, executou seus recursos dentro do esperado. Da meta física estimada, 21%, cinquenta por cento foi realizada. Da dotação autorizada, R\$ 42.718.220,00, foi liquidada R\$ 21.342.709,79. O gasto do Plano Orçamentário foi devidamente planejado e executado, obtendo bom grau de eficiência e o de eficácia dentro do esperado, 100% e 50%, respectivamente.

A ampla despesa no exercício da ação e plano orçamentário foram os serviços de suporte tecnológico a ambiente computacional de infraestrutura de redes, meios de comunicação, sistemas funcionais e processos de execução.

Em razão de não computarem metas físicas na Lei Orçamentária de 2015, as demais ações primárias e obrigatórias (Benefícios Assistenciais decorrentes de Auxílio Funeral e Natalidade, Assistência Pré-Escolar, Auxílio-Transporte, Auxílio-Alimentação e Assistência Médica e Odontológica) não tiveram acompanhamento individualizado no orçamento do órgão.